

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho

Helton Yomura

Manifesto de Apoio à Secretaria de Inspeção do Trabalho e contra a Interferência na Fiscalização do Trabalho

As Chefias Estaduais de Fiscalização do trabalho, identificadas no final deste documento, manifestam apoio à Secretária de Inspeção do Trabalho, Maria Teresa Pacheco Jensen.

Circulam notícias de que a Secretária Maria Teresa será exonerada, sendo divulgado através dos veículos de comunicação que a razão seria o fato de a Secretária ter afirmado publicamente que existem poucos Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade e que os recursos financeiros para executar a fiscalização são insuficientes.

As dificuldades descritas pela Secretária Maria Teresa, além de serem verdadeiras, são de domínio público, não representam nenhum fato novo e são manifestadas por um grande número de pessoas, Auditores-Fiscais do Trabalho, sindicalistas, Juizes do Trabalho, Procuradores do Ministério Público do Trabalho, Deputados, Senadores e todos aqueles que possuem interface com o mundo do trabalho.

Não podemos aceitar que a autoridade máxima nacional da Inspeção do Trabalho sofra pressão e interferência política, chegando ao extremo de ser ameaçada ao se comunicar com a sociedade.

Para executar a fiscalização, são necessários recursos financeiros suficientes, servidores administrativos de apoio e efetivo de Auditores-Fiscais do Trabalho com, ao menos, o dobro do número de profissionais que possuímos hoje no país.

O arcabouço legal nacional garante autonomia e independência técnica aos Auditores-Fiscais do Trabalho. Ao publicar a lista suja de combate ao trabalho escravo, ao efetuar interdições no ambiente de trabalho para preservar a vida do trabalhador, ao lavrar autos de infração por constatar irregularidades trabalhistas, a Secretária de Inspeção do Trabalho, a Chefia Estadual e o Auditor-Fiscal do Trabalho cumprem sua missão institucional no exercício de suas prerrogativas legais.

Do exposto, reiteramos serem inadmissíveis interferências externas que ameaçam o comando nacional, reduzem cada vez mais os recursos destinados à fiscalização e buscam de diversas maneiras impedir que a Inspeção do Trabalho seja atuante e alcance os problemas existentes nas relações de trabalho.

21 de maio de 2018.